



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

PROCURADORIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2019.

Parecer nº 04/2019-RDC

Ref.: Processo: E-07/002.07569/2013

Invalidez da LAS nº IN024124. Ausência de EIA/RIMA. Projeto de desenvolvimento urbano em área superior a 50 hectares. Art. 1º, inciso XIV, da Lei Estadual nº 1.356/1988. Necessidade de regularização ambiental do empreendimento. Ratificação do Parecer RDC 39/2018.

I. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de licenciamento ambiental que culminou na emissão de Licença Ambiental Simplificada (LAS nº IN024124) em favor de Glyfa Participações Imobiliárias Ltda, para “*parcelamento do solo de propriedade rural denominada Fazenda Vale das Estrelas, em 39 áreas **totalizando 134,19ha***” localizada na “*estrada Professor Manzini Bueno, nº 3000 – Zona Rural, Município Areal*” (fls. 274-275).

Cumprir destacar que anteriormente esta Procuradoria já opinou por meio do Parecer RDC 39/2018 (fls. 349-354), aprovado pela Sra. Procuradora Anna Luiza Gayoso Monnerat em 26/07/2018 (fl. 355).

Foi sugerido no referido parecer a adoção de uma série de medidas ante a ausência do Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), demandado “para projetos de desenvolvimento urbano [...] em áreas acima de 50 hectares”, de acordo com o art. 1º, inciso XIV, da Lei Estadual nº 1.356/1988. Também foi



inea instituto estadual
do ambiente

Av. Venezuela, n.º 110, sala 226, Saúde, Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20081-312, www.inea.rj.gov.br
Tel: 2334-9431 / Fax: 2334-9423, procuradoria@inea.rj.gov.br / inea.proc@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

ressaltado no parecer que “pelo vício de forma detectado na LAS nº IN024124 [...] o ato [seria] ilegítimo e não produz[iria] qualquer efeito válido entre as partes (fls. 349-355).

O aludido parecer foi elaborado após o próprio empreendedor afirmar - aproximadamente 4 anos após a emissão da LAS, expedida em 2013 - que na realidade o empreendimento consistia em loteamento residencial em área de expansão urbana, inclusive com várias residências já construídas (fls. 315-343).

Posteriormente, requereu o Diretor Adjunto de Licenciamento Ambiental “revisão” do entendimento desta d. Procuradoria pelas razões expostas às fls. 357-361.

Dessa forma, com fundamento no art. 31, incisos I e II, do Decreto Estadual 41.628/2009, o processo foi encaminhado à Procuradoria do Inea para análise e manifestação.

É o relatório.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

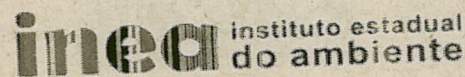
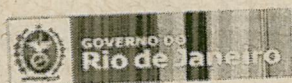
1. - Esclarecimentos preliminares:

O empreendedor requereu licenciamento ambiental para “parcelamento de imóvel rural em sítios de recreio”.

Apresentou certidão emitida pela Prefeitura de Areal, em 04/04/2013, segundo a qual o imóvel “encontra-se na área rural do município” (fl. 10).

Em 14/08/2013 foi emitida a LAS¹ nº IN0241245 (com validade até 09/08/2015) para o “parcelamento do solo de propriedade rural denominada Fazenda Vale das Estrelas, em 39

¹ A Licença Ambiental Simplificada - LAS era conceituada pelo revogado Decreto Estadual 42.159/2009 (art. 2º, inciso V, alínea “d”) como o “ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental, em uma única fase, atesta a viabilidade ambiental, aprova a localização e autoriza a implantação e/ou a operação de empreendimentos ou atividades enquadrados na Classe 2, definida de acordo com a Tabela 1. constante do Capítulo III deste Decreto,





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

áreas **totalizando 134,13ha** localizada na “*estrada Professor Manzini Bueno, nº 3000 – Zona Rural, Município Area*” (fls. 274-275).

Parecer técnico de Licença Ambiental Simplificada nº 050/2013 de fls. 264-271, que subsidiou a emissão da LAS, informou que o empreendimento não envolveria obras de terraplanagem, construção de edificações, instalação de novas vias ou supressão de vegetação, nem estaria inserido em Unidade de Conservação. Ora se assim fosse, a atividade provavelmente sequer demandaria licenciamento ambiental. Todavia, como será visto adiante, da atividade de parcelar o solo para fins urbanos surge a finalidade de edificação (parágrafos do art. 2º da Lei 6.766/1979).

Ressalte-se, contudo, que, aproximadamente quatro anos após obter a LAS, o empreendedor afirmou ter havido a implantação de “condomínio Residencial de Lazer Mondezyr (...) tratando-se, pois, de parcelamento do solo urbano constituído de chácaras de lazer”, em local supostamente caracterizado como área de expansão urbana “pela Lei 142/97 e Decreto 233/98”. Observa adicionalmente que “inúmeros lotes foram vendidos e residências construídas nos mesmos, já agora sob a responsabilidade de licenciamentos e aprovações por iniciativa dos novos adquirentes” e que teria sido negado pelo Inea o pleito de supressão de vegetação feito por determinado adquirente de um dos lotes do empreendimento (fls. 315-316).

Dessa forma, pleiteou ao Inea que avaliasse os pedidos de supressão de vegetação por ventura formulados pelos adquirentes dos lotes à luz do regime especial para loteamentos e edificações em áreas urbanas previsto nos arts. 30 e 31 da Lei 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), ante a destinação urbana do empreendimento e a ausência de qualquer atividade voltada à exploração agrícola, pecuária ou agroindustrial. Apresentou, inclusive, parecer jurídico elaborado por escritório de advocacia com tal entendimento (fls. 325-343).

estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental que deverão ser observadas”. O referido decreto, vigente à época da emissão da LAS nº IN024125, foi revogado pelo Decreto Estadual nº 44.820/2014.



Av. Venezuela, n.º 110, sala 226, Saúde, Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20081-312, www.inea.rj.gov.br
Tel: 2334-9431 / Fax: 2334-9423, procuradoria@inea.rj.gov.br / inea.proc@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

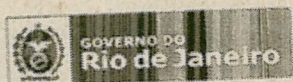
Na sequência, essa Procuradoria emitiu o precitado Paracer RDC 39/2018 (fls. 349-355) apontando ausência do necessário EIA/RIMA e consequente vício de forma na LAS nº IN024124, haja vista tratar-se de empreendimento de desenvolvimento urbano em área superior a 50 hectares (134,19ha), a demandar a elaboração de EIA/RIMA, conforme preconiza a Lei Estadual 1356/1988 (art. 1º, inciso XIV).

Agora, retornam os autos a esta d. Procuradoria para “revisão” do entendimento proferido, bem como para indicarmos “a sequência de procedimentos administrativos a serem tomadas para a resolução do caso”, conforme pleiteou o i. Diretor Adjunto de Licenciamento Ambiental às fls. 359-361,

Afirmou o i. diretor, em síntese: (i) tratar-se de “parcelamento do solo rural para sítios de recreio”; (ii) que “o parcelamento do solo rural, com o intuito central de formação de sítios de recreio, não transforma estes em imóveis urbanos ou que percam a sua capacidade produtiva”; (iii) que a atividade de parcelamento do solo rural era “inexigível de licenciamento, conforme previsão da legislação vigente à época, o Decreto Estadual 42.159/2009”; (iv) “que o que se pretendia a época do licenciamento foi devidamente conduzido, salvo a formalidade do tipo de Ato Administrativo concedido – segundo ele a licença adequada naquela época seria a LPI e não a LAS - e que não há de se falar em exigência de EIA-RIMA a época”.

De todo modo, ressaltou esse i. diretor ser necessário licenciamento prévio e apresentação de EIA/RIMA para o objetivo ora pretendido, que seria “a destinação exclusiva à desfrute pessoal de residência em finais de semana”, ou seja, fins de veraneio. Vejamos:

Porém, ao que se percebe em tempo atual, é que fica claro que o objetivo do presente parcelamento do solo se restringirá a atender a destinação dos imóveis como unicamente e restritamente em recreio, na essência da palavra sem o exercício de qualquer atividade de exploração produtiva, evidenciado inclusive pelos valores de compra e venda das escrituras apensadas em processo de fiscalização deste INEA E07/002.1691/2015, os quais tornariam qualquer atividade produtiva regular de caráter rural inviável economicamente, exarado de aquisições por proprietários que tem a atividade humana produtiva distinta da pretensão de exploração agrícola, mas sim para a destinação exclusiva à desfrute



inea instituto estadual
do ambiente



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

pessoal de residência em finais de semana, quando se soma a criação de residências e emprego de "caseiros", identificadas em vistoria de fiscalização.

Em conclusão, percebe-se que para o objetivo pretendido e evidenciado no presente, somado aos impactos potenciais ainda não intervindos no local, a exemplo da supressão de vegetação para fins de construções das residências e consumo de recurso hídrico individual, deverá ser exigido um licenciamento prévio, o qual deverá conter um EIA-RIMA e exigir termo de referência, dentre outros estudos, um estudo detalhado com a previsão das áreas específicas para a supressão da flora e de capacidade suporte do aquífero local, caso não se disponha de outra fonte de abastecimento que não captação subterrânea. [...]

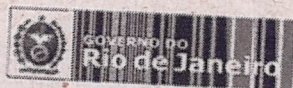
Feitos esses esclarecimentos, destacaremos os aspectos de fato e de direito pertinentes ao tema.

2. - Da necessidade de EIA/RIMA:

Nos termos da Lei Estadual nº 1356/1988 (que dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos estudos de impacto ambiental no âmbito do Estado do Rio de Janeiro), os projetos de desenvolvimento urbano em áreas acima de 50 hectares dependerão da elaboração de EIA/RIMA:

Art. 1º - Dependerá da elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA a serem submetidos à aprovação da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, os licenciamentos da implantação e da Ampliação das seguintes instalações e/ou atividades:
XIV - projetos de desenvolvimento urbano e exploração econômica de madeira ou lenha em áreas acima de 50 (cinquenta) hectares, ou menores quando confrontantes com unidades de conservação da natureza ou em áreas de interesse especial ou ambiental, conforme definidas pela legislação em vigor.

No caso em tela, o empreendimento em questão demandaria prévia elaboração de EIA/RIMA por configurar projeto de desenvolvimento urbano em área acima de 50 hectares (134,19ha), conforme reconheceu o próprio empreendedor, às fls. 315-343, ao informar



inea instituto estadual
do ambiente

Av. Venezuela, n.º 110, sala 226, Saúde, Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20081-312, www.inea.rj.gov.br
Tel: 2334-9431 / Fax: 2334-9423, procuradoria@inea.rj.gov.br / inea.proc@gmail.com

Q



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

ter havido a implantação de loteamento em área de expansão urbana do município de Areal, com “inúmeros” lotes já vendidos e residências construídas. Confira-se:

Dirigimo-nos na qualidade de Glyfa Participações Imobiliárias Ltda, empreendedores responsáveis pela implantação do Condomínio Residencial de Lazer Mondezyr, localizado à Estrada Professor Manzini Bueno nº 3.000, no Município de Areal – RJ, que obteve desse INEA a Licença Ambiental Simplificada – LAS nº IN024124, anexo, tratando-se, pois de parcelamento do solo urbano constituído de chácaras de lazer.

O referido loteamento, indiscutivelmente, implantado e licenciado pela Prefeitura e pelo INEA para a construção de residências no interior dos lotes dele constantes, está situado no Município de Areal, que por sua Lei nº 142/97 e por seu Decreto nº 233/98, anexos, define e considera a área como de expansão urbana, portanto passível de ocupação, com residências qualificadas como urbanas, em especial, com base também no Estatuto da Terra – Lei 4.504/64 que define a caracterização da área pelo uso predominante. [...]

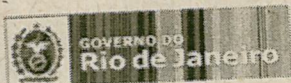
Como de hábito, após o licenciamento ambiental e da prefeitura os lotes foram colocados à venda e vendido grande número deles, vários já com residências construídas, sempre [...]

Conforme já destacado, inúmeros lotes foram vendidos e residências construídas nos mesmos, agora já sob a responsabilidade de licenciamentos e aprovações por iniciativa dos novos adquirentes.

Ao que tudo indica, a ausência de um memorial descritivo detalhado do empreendimento gerou enorme prejuízo neste caso concreto, pois o licenciamento não fora conduzido para projeto de desenvolvimento urbano - mas o é.

Portanto, repita-se: “pelo vício de forma detectado na LAS nº IN024124, entende-se que o ato é ilegítimo e não produz qualquer efeito válido entre as partes” (item “ii” da conclusão do Parecer RDC 39/2018).

Desta feita, ratifica-se o exposto no pronunciamento anterior desta d. Procuradoria (Parecer RDC 39/2018), que indica o procedimento a serem adotado para a resolução do caso.



inea instituto estadual
do ambiente



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

3. – Do parcelamento do imóvel para fins urbanos:

O parcelamento de imóvel é a sua transformação em diversos outros imóveis, quer por meio de loteamento², quer por meio de desmembramento³, ambos podendo ser realizados em imóveis rurais ou urbanos⁴.

O parcelamento do solo urbano é regido pela Lei 6.766/1979. Sobre o tema confira-se a doutrina do renomado Luiz Antonio Scavone Junior⁵:

Desde que se possa inferir o desmembramento ou o loteamento para fins habitacionais, da atividade de parcelar o solo, o empreendedor deverá respeitar os requisitos da Lei 6.766/1979, lei aplicável à espécie.

Em outras palavras, o loteamento ou o parcelamento será urbano se destinado a fins habitacionais, ainda que em zona rural e, para efeitos penais, nesse caso submete-se ao art. 52 de seguintes da nova Lei, já que não se permite loteamento para fins urbanos em área rural (Lei 6.766/1979, art. 3º).

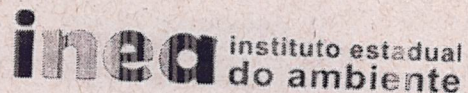
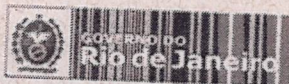
Ou seja: será urbano se destinado a fins habitacionais, ainda que em zona rural, devendo respeitar aos requisitos da Lei 6.766/1979.

² Os loteamentos podem ser para fins urbanos e para fins rurais. Quanto ao loteamento para fins rurais, se pronunciou a doutrina: “O loteamento de um imóvel rural depende de prévia autorização do INCRA para verificação da viabilidade do projeto, bem como se ele atende às exigências técnicas e legais, conforme preceitua o art. 61 §2º da Lei 4.504/1964 (Estatuto da Terra). Os projetos de loteamentos para fins rurais deverão obedecer à metodologia prevista no Decreto 59.428/1966 e Instruções do INCRA, e serão examinados tecnicamente pelo órgão. Os projetos para fins rurais terão de prever lotes com áreas, no mínimo, do tamanho do módulo rural da região.” (AVVAD. Pedro Elias. Direito Imobiliário: Teoria Geral e negócios imobiliários. 3ª edição: Forense. Rio de Janeiro, p. 547).

³ O desmembramento de imóveis urbanos é, segundo o disposto na Lei 6.766/1979 (art. 2º, §2º) “a subdivisão da gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes”. Os desmembramentos de imóveis rurais não são regidos pela Lei 6.766/1979, mas, sim, pelo Estatuto da Terra, e pela Lei nº 5.868, de 23 de dezembro de 1972, art. 8º, que modificou o art. 65 do Estatuto da Terra, e, ainda, pelo Decreto nº 62.504, de 1968, e pelo Código Civil. É vedado o desmembramento de imóvel rural em área inferior à da fração mínima de parcelamento (Lei nº 5868, de 1972, art. 8º), nem a área remanescente poderá ser inferior a essa fração mínima.”

⁴ AVVAD. Pedro Elias. Direito Imobiliário: Teoria Geral e negócios imobiliários. 3ª edição: Forense. Rio de Janeiro, p. 541.

⁵ SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Direito Imobiliário. 5ª edição: Forense, 2012. p. 103.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

Pelas informações fornecidas pelo próprio empreendedor foi esclarecido ter havido a implantação de projeto de desenvolvimento urbano, com a venda de lotes e inúmeras “residências construídas”.

Ressalte-se que “da atividade de parcelar o solo urbano não surge a necessidade de edificar, mas, tão somente, a finalidade de edificação, inferência que se estrai do termo “destinados à edificação” contido nos parágrafos do art. 2º da Lei 6.766/1979”⁶.

De acordo com a doutrina de Pedro Elias Avaad⁷, “os loteamentos destinados à urbanização podem ser das seguintes espécies: (a) para expansão urbana; (b) para formação de núcleos urbanos; e (c) para a formação de sítios de recreio”.

O caso em tela se amolda à hipótese “c” acima – loteamento destinado à urbanização para a “formação de sítios de recreio” - sobre a qual discorre com propriedade o mencionado doutrinador⁸ citando Arnaldo Rizzardo:

Segundo Arnaldo Rizzardo, “As chácaras de recreio caracterizam o imóvel que mais se assemelha à propriedade rural: no entanto, estatuinto o Decreto-Lei 271 como lote urbano o empregado à edificação de qualquer natureza (art. 1º, §1º), implica a chacara de recreio numa obra destinada à recreação, não recaindo sobre ela o imposto territorial rural, e sim o urbano”. Poderá, entretanto, em certos casos, existir situações em que se torne possível o exercício de alguma atividade rural no sítio, permitindo sua inscrição no INCRA por simples razões de economia de imposto (que passa a ser o ITR, ao invés do IPTU), o que, a nosso sentir, não é razão suficiente para descaracterizar a natureza jurídica da propriedade.

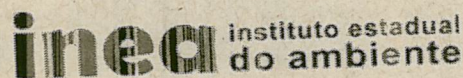
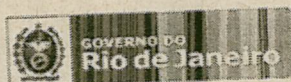
Os loteamentos de imóveis rurais, para fins urbanos, acima referidos deverão ter anuência da prefeitura e, em seguida, deverão ser submetidos ao INCRA, para os efeitos do Estatuto da Terra, art. 61 §2º.

Do exposto acima podemos inferir que, mesmo sendo possível o exercício de atividade rural no sítio de recreio, inclusive a admitir o recolhimento de ITR ao invés de IPTU,

⁶ SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Direito Imobiliário. 5ª edição: Forense, 2012. p. 122.

⁷ AVVAD. Pedro Elias. Direito Imobiliário: Teoria Geral e negócios imobiliários. 3ª edição: Forense. Rio de Janeiro. p. 547.

⁸ Idem. p. 548.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

isso não seria razão suficiente para descaracterizar a natureza jurídica da propriedade, que passa a ser de imóvel urbano quando o lote for proveniente de loteamento de imóvel rural para fins urbanos.

In casu, o parcelamento para fins urbanos de imóvel rural em área de expansão urbana, – que é justamente o caso em tela – rege-se pelas disposições da Lei 6.766/1979. Nesse mesmo sentido – apenas a título ilustrativo uma vez que as normas de outros órgãos não vincula o Inea – contraria-se norma do INCRA (Instrução nº 17-b, de 22 de dezembro de 1980):

2. PARCELAMENTO, PARA FINS URBANOS, DE IMÓVEL RURAL LOCALIZADO EM ZONA URBANA OU DE EXPANSÃO URBANA

2.1 O parcelamento, para fins urbanos, de imóvel rural localizado em zona urbana ou de expansão urbana, assim definidas por lei municipal, rege-se pelas disposições da Lei n.º 6.766, de 19/12/79, e das legislações estaduais e municipais pertinentes.

2.2 Em tal hipótese de parcelamento, caberá ao INCRA, unicamente, proceder, a requerimento do interessado, à atualização do cadastro rural, desde que aprovado o parcelamento pela Prefeitura Municipal ou pelo Governo do Distrito Federal, e registrado no Registro de Imóveis.

Portanto, o empreendimento se amolda ao inciso XIV do art. 1º da Lei Estadual nº 1356/1988 - “projeto de expansão urbana”.

Por todas as razões expostas e pelo vício de forma detectado na LAS nº IN024124 ratifica-se o Parecer RDC 39/2018, que contempla o procedimento administrativo adequado para a resolução do caso.

III. CONCLUSÃO

Pelo exposto, conclui-se que:

- II. O empreendimento demandaria prévia elaboração de EIA/RIMA, por configurar projeto de desenvolvimento urbano em área acima de 50



inea instituto estadual
do ambiente

Av. Venezuela, n.º 110, sala 226, Saúde, Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20081-312, www.inea.rj.gov.br
Tel: 2334-9431 / Fax: 2334-9423, procuradoria@inea.rj.gov.br / inea.proc@gmail.com

Q

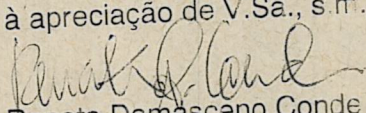


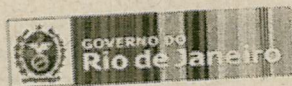
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

hectares (134,19ha), conforme determina a Lei 1.356/1988 (art. 1º, inciso XIV):

- III. O próprio empreendedor reconheceu ter havido a instalação de loteamento em área de expansão urbana do município de Areal, com "inúmeros" lotes já vendidos e residências construídas (315-343);
- IV. Parecer técnico de Licença Ambiental Simplificada nº 050/2013 de fls. 264-271, que subsidiou a emissão da LAS, informou que o empreendimento não envolveria obras de terraplanagem, construção de edificações, instalação de novas vias ou supressão de vegetação, nem estaria inserido em Unidade de Conservação. Ora se assim fosse, provavelmente sequer demandaria licenciamento ambiental;
- V. Ao que tudo indica, a ausência de um memorial descritivo detalhado do empreendimento gerou enorme prejuízo neste caso concreto, pois o licenciamento não fora conduzido para projeto de desenvolvimento urbano;
- VI. Portanto, "pelo vício de forma detectado na LAS nº IN024124, entende-se que o ato é ilegítimo e não produz qualquer efeito válido entre as partes" conforme já ressaltamos por meio do Parecer RDC 39/2018 (item "II" da conclusão);
- VII. Desta feita, ratifica-se o exposto no pronunciamento anterior desta d. Procuradoria (Parecer RDC 39/2013) com o procedimento a ser adotado para a resolução do caso.

É o parecer que submeto à apreciação de V.Sa., s.m.j.


Renata Damasceno Conde
Assessora Jurídica / ID: 4457086
GEDAM / Procuradoria do INEA



inea instituto estadual
do ambiente



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

VISTO

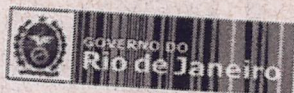
1. APROVO o Parecer nº 04/2019-RDC;
2. À DILAM, em prosseguimento.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2019.

Leonardo David Quintanilha de Oliveira

Procurador do Estado do Rio de Janeiro

Procurador Chefe do Inea em exercício - ID n.º 4387427-4



inea instituto estadual
do ambiente

Av. Venezuela, n.º 110, sala 226, Saúde, Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20081-312, www.inea.rj.gov.br
Tel: 2334-9431 / Fax: 2334-9423, procuradoria@inea.rj.gov.br / inea.proc@gmail.com

